

25 NOV 1983

Divulgação
sobre

Governo não tinha um levantamento do débito

Da sucursal de
BRASÍLIA

O montante de US\$ 3,8 bilhões de débitos vencidos e vincendos junto ao Clube de Paris, no período de agosto de 1983 a dezembro de 1984, não chegou a surpreender as autoridades brasileiras, que sabiam da existência de créditos garantidos diretamente por instituições oficiais — e não apenas pelos governos —, porém não tinham condições de, em tempo oportuno, fazer o levantamento.

Segundo uma qualificada fonte da área econômica, que participou diretamente das negociações, na primeira carta que o ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, enviou ao presidente do Clube de Paris, Michel Camdessus, em 17 de agosto, solicitando oficialmente a abertura das conversações, mencionou explicitamente esses créditos garantidos por instituições oficiais, prometendo que seu valor "será conhecido nos próximos dias".

Entretanto, na segunda carta, em 10 de setembro, que acompanhou um sumário do programa de ajustamento discutido com o FMI, o ministro da Fazenda deixou de mencionar o valor desses créditos ou até mesmo sua existência, limitando-se a informar o montante que o Brasil entendia ser débito vencido e vincendo de agosto deste ano a dezembro de 1984.

DESINFORMAÇÃO

O mesmo informante admitiu que são tantos os créditos, espalha-

dos por instituições oficiais de 16 países e em dezenas de projetos nas mais diferentes fases de implementação, que somente num minucioso levantamento é possível estabelecer o seu valor. Por essa razão, e em consequência da pressa com que o Brasil decidiu dirigir-se ao Clube de Paris, com o propósito de obter o fechamento das negociações concomitantemente com o FMI e os banqueiros privados, não foi possível fixar os valores exatos.

Na verdade, um exame das duas cartas que o ministro da Fazenda enviou ao presidente do Clube de Paris demonstra que as autoridades brasileiras estavam indecisas quanto ao montante a ser negociado. Na primeira carta, foi feita referência a US\$ 2,256 bilhões, sendo US\$ 685,6 milhões de 1983, US\$ 1,462 bilhão de 1984 e US\$ 109,1 milhões de atrasados.

Na segunda carta, enviada 23 dias depois, os números tiveram uma pequena alteração: pedia-se o reescalonamento de US\$ 2,388 bilhões, sendo US\$ 703,6 milhões de 1983, US\$ 1,561 bilhão de 1984 e US\$ 124,14 milhões de atrasados. De qualquer forma, segundo ainda o informante, essa diferença, de mais de US\$ 1,5 bilhão, não criará problemas para o arranjo das contas externas neste e no próximo ano, pois o reescalonamento previu prazo de nove anos, com cinco de carência, significando que o Brasil somente iniciará os pagamentos desses créditos vencidos em meados de 1988.